



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (22/02) a Quinta-feira (28/02)

Manchetes

Jota: Artigo: A incorporação da *plea bargaining* e o medo da guitarra elétrica

Estadão: Raquel defende 'transferência imediata' de travestis que optarem por presídios femininos

R7: Caso Marielle: Polícia Civil faz nova perícia quase um ano após crime

Justificando: CNJ é contra PL que quer estender para 72hs o prazo para realização de audiências de custódia

Folha de S. Paulo: Delegada acusada de tortura cumpre prisão domiciliar humanitária

UOL: Polícia do Rio matou 160 pessoas em janeiro; número é 82% maior que em dezembro

Veja: Governo renova presença das Forças Armadas em região de presídio em RO

Síntese das notícias

A incorporação da *plea bargaining* e o medo da guitarra elétrica: Artigo do Jota faz uma comparação sobre a chegada da guitarra elétrica no Brasil e a proposta da implementação da *plea bargaining* no sistema processual brasileiro. A análise destaca que o atingimento dos anseios sociais e os objetivos legais da importação de normas processuais depende, fundamentalmente, da análise do contexto institucional dos países receptores, assim como daqueles que serviram de inspiração. O artigo avalia que, assim como a guitarra elétrica não destruiu a MPB, os acordos de admissão de culpa também não devem colocar em risco o sistema processual pátrio, mas ressalva que ainda há um longo caminho a se percorrer para a resolução dos graves problemas político-criminais brasileiros. (21/02/2019)

Polícia do Rio matou 160 pessoas em janeiro; número é 82% maior que em dezembro: UOL noticia que agentes do Estado do Rio de Janeiro mataram 160 pessoas em supostos confrontos em janeiro deste ano. É o segundo maior número da série histórica, iniciada em 1998, para o primeiro mês do ano. Em relação ao mesmo período do ano passado, o aumento foi de apenas três vítimas. Na comparação com dezembro de 2018, no entanto, quando ainda vigorava a intervenção federal no Estado, o crescimento



foi de 82%. (22/02/2019)

Delegada acusada de tortura cumpre prisão domiciliar humanitária: A juíza Leila Cury, titular da Vara de Execução Penal do Distrito Federal, deferiu pedido de prisão domiciliar humanitária à sentenciada Martha Geny Vargas Borraz, mediante monitoração eletrônica e cumprimento das condições estabelecidas pela Vara, a fim de que possa cuidar do irmão portador de deficiência mental, de quem é curadora. Martha Vargas foi condenada a 16 anos e 12 dias de reclusão após praticar uma série de crimes para acusar três pessoas inocentes como autores de um triplo homicídio conhecido como crime da 113 Sul, em Brasília. A juíza entendeu que “a pena corporal pela qual a sentenciada foi presa está gerando reflexos negativos no irmão, prejudicando a rotina familiar da empregada doméstica que o acompanha em período integral desde a prisão da apenada”. Fonte: **Folha de S. Paulo.** (22/02/2019)

Raquel defende ‘transferência imediata’ de travestis que optarem por presídios femininos: A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu que o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso acolha pedido cautelar da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais– ABLGT para que travestis e mulheres transexuais sejam imediatamente transferidos a prisões femininas, caso optem. Em parecer, a PGR destacou ser ‘patente’ a violação constitucional e dos direitos humanos manter as pessoas em estabelecimentos prisionais que não condizem com suas identidades de gênero. Raquel ainda ressaltou ser um ‘risco à incolumidade física e moral’ de quem estiver nesta situação. O parecer foi enviado à Suprema Corte no último dia 21. Fonte: **Estadão.** (23/02/2019)

CNJ é contra PL que quer estender para 72hs o prazo para realização de audiências de custódia: **Justificando** informa que o Pleno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, na 42ª Sessão Virtual, nota técnica na qual avalia que a eficácia das audiências de custódia pode ser comprometida se o prazo para apresentação do preso para a autoridade judicial for ampliado para 72 horas e se o uso de videoconferências for autorizado. Ambas as alterações constam do Projeto de Lei (PL) nº 8045/10, que reforma o Código de Processo Penal (CPP) e está em tramitação na Câmara dos Deputados. Na avaliação do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do



Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), o prazo de 24 horas é o que mais se compatibiliza com os objetivos da audiência de custódia para evitar a manutenção de prisões ilegais e desnecessárias e a tortura no momento da prisão.

(25/02/2019)

Polícia Civil faz nova perícia quase um ano após assassinato de Marielle Franco:

Quase um ano após a morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, a Polícia Civil voltou, na última terça-feira (26), ao último local por onde a parlamentar passou, horas antes de ser assassinada, para uma perícia complementar. O inquérito que apura o crime continua sob sigilo e nenhum detalhe sobre a nova perícia foi confirmado oficialmente pela polícia. Um representante do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) também acompanhou a perícia. Fonte: **R7. (26/02/2019)**

Governo renova presença das Forças Armadas em região de presídio em RO: O

governo federal renovou o emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no entorno da penitenciária federal de Porto Velho. De acordo com decreto presidencial, a atuação ocorrerá a partir desta quinta-feira, 28, até o dia 29 de março em um raio de dez quilômetros de distância da unidade prisional. A presença de militares para reforçar a segurança na região foi definida após a transferência presos ligados à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) para a unidade prisional no dia 11 de fevereiro e estava prevista para terminar ontem, dia 27. Fonte: **Veja. (27/02/2019)**